



CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de serviços de implementação do projeto “Geração de Sucesso” no município de Resende

AVISO NORTE2030-2024-5 - Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Escolar (ITI)

Ajuste Direto

CPV 80000000 -4 - Serviços de ensino e formação

Penafiel, fevereiro de 2025

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS	3
Cláusula 1. ^a – Objeto	3
Cláusula 2. ^a – Contrato	3
Cláusula 3. ^a – Local da prestação de serviços	3
Cláusula 4. ^a – Prazo	4
Cláusula 5. ^a – Preço base	4
Cláusula 6. ^a – Obrigações do Adjudicatário	4
Cláusula 7. ^a – Entregáveis	5
Cláusula 8. ^a – Equipa afeta à execução do contrato	6
Cláusula 9. ^a – Prazo da prestação dos serviços	7
Cláusula 10. ^a – Dever de sigilo	7
Cláusula 11. ^a – Proteção de dados pessoais	7
Cláusula 12. ^a – Preço contratual	8
Cláusula 13. ^a – Condições de pagamento	8
Cláusula 14. ^a – Dever de sigilo	10
Cláusula 15. ^a – Revisão de preço e adiantamentos	10
Cláusula 16. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual	11
Cláusula 17. ^a – Modificações objetivas do contrato	11
Cláusula 18. ^a – Penalidades contratuais	11
Cláusula 19. ^a – Força maior	12
Cláusula 20. ^a – Resolução do contrato pela entidade adjudicante	13
Cláusula 21. ^a – Resolução por parte do prestador de serviços	13
Cláusula 22. ^a – Foro competente	13
Cláusula 23. ^a – Comunicações e notificações	13
Cláusula 24. ^a – Contagem dos prazos	13
Cláusula 25. ^a – Trabalhadores afetos à prestação de serviços	14
Cláusula 26. ^a – Legislação aplicável	14
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS	14
Cláusula 27. ^a – Âmbito	14
Cláusula 28. ^a – Descrição dos trabalhos	15
Cláusula 29. ^a – Apresentação de propostas variantes	17
Cláusula 30. ^a – Prazo da obrigação de manutenção das propostas	17

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª – Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de *ajuste direto* para a aquisição de serviços de implementação do projeto “Geração de Sucesso” no município de Resende, direcionado aos alunos do 1º ciclo do Agrupamento de Escolas de Resende.
2. Aquisição de serviços de implementação do projeto “Geração de Sucesso” a implementar no Agrupamento de Escolas de Resende, está previsto na candidatura realizada ao AVISO NORTE2030-2024-5 - Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Escolar (ITI), melhor explicitado na parte II - cláusulas técnicas.

Cláusula 2.ª – Contrato

3. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
4. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
6. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros.

Cláusula 3.ª – Local da prestação de serviços

Os serviços objeto do contrato serão prestados no município de Resende, nomeadamente nas instalações do Agrupamento de Resende.

Cláusula 4.ª – Prazo

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 5.ª – Preço base

1. O preço base para a elaboração do serviço a contratar é de 10.819,52€ (Dez mil oitocentos e dezanove euros e cinquenta e dois cêntimos), ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor.
2. A proposta apresentada pelos concorrentes não pode, sob pena de exclusão, ultrapassar o preço anual, que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todos os trabalhos identificados no presente caderno de encargos:
 - a) Ano letivo 2024/25: 3 947,14€ (Três mil novecentos e quarenta e sete euros e catorze cêntimos);
 - b) Ano letivo 2025/26: 3 436,19€ (Três mil quatrocentos e trinta e seis euros e dezanove cêntimos);
 - c) Ano letivo 2026/27: 3 436,19€ (Três mil quatrocentos e trinta e seis euros e dezanove cêntimos).

Cláusula 6.ª – Obrigações do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o adjudicatário a obrigação da prestação de serviços da execução do contrato com a qualidade expectável e a Obrigação de cumprimento rigoroso do cronograma proposto.
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. O adjudicatário é responsável pela qualidade do serviço prestado, tendo de assegurar todos os meios logísticos, materiais e outros indispensáveis à execução do projeto;
4. Obrigação de cumprimento de execução do contrato com a qualidade expectável;
5. Realizar a prestação de serviços referida na sua proposta.

Cláusula 7.ª – Entregáveis

1. Apresentar à Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa três (3) Relatórios de Monitorização:
 - i. O primeiro relatório, referente às atividades e horas executadas do início da atividade até à pausa letiva do período de Natal, o qual deverá ser enviado preferencialmente até cinco (05) dias após o início da pausa letiva;
 - ii. O segundo relatório, referente às atividades executadas após a pausa letiva do período de Natal até à pausa letiva do período da Páscoa, o qual deverá ser enviado preferencialmente até cinco (05) após o início da pausa letiva;
 - iii. O terceiro relatório, referente às atividades e horas executadas após a pausa do período da Páscoa até ao final do ano letivo, o qual deverá ser enviado preferencialmente até cinco (05) após o fim da atividade.
2. Os relatórios intermédios de monitorização, devem conter os seguintes itens:
 - i. Número de horas realizadas no âmbito das capacitações e das sessões de supervisão;
 - ii. Cumprimento das atividades de rastreio/sinalização e capacitações realizadas, detalhando número de mediadores e docentes envolvidos;
 - iii. Registo das sessões realizadas, incluindo data, local e número de participantes;
 - iv. Relato das atividades implementadas, com destaque para os progressos em relação à identificação de fatores de insucesso e à intervenção junto dos grupos-alvo;
 - v. Registo fotográfico das sessões e dinâmicas realizadas;
 - vi. Relatório qualitativo sobre as técnicas aplicadas para capacitação de mediadores e docentes, incluindo metodologias de intervenção e uso de ferramentas estatísticas;
 - vii. Avaliação do impacto das ações realizadas em termos de monitorização e controle de qualidade, incluindo recomendações para o aprimoramento das ações;
 - viii. Recomendações gerais e outras informações relevantes sobre o desenvolvimento do projeto.
3. Os documentos solicitados no ponto 2.i (relativo à apresentação de relatórios intermédios de monitorização) não se aplicam no ano letivo 2024/25.
4. Os documentos acima referidos, devem ser enviados para o e-mail institucional da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (geral@cimtamegaesousa.pt).

5. Em caso de renovação do contrato, o adjudicatário deve enviar via e-mail para a entidade adjudicante os documentos elencados no número anterior para cada ano letivo.

Cláusula 8.ª – Equipa afeta à execução do contrato

1. A equipa afeta à execução do contrato deve obrigatoriamente ter a composição adequada à gestão e execução do objeto do Contrato, tendo a mesma, habilitação profissional para o exercício da atividade e/ou formação específica da atividade e/ou experiência profissional mínima de três (03) anos letivos em atividades iguais ou semelhantes. O Adjudicatário obriga-se a manter a composição da equipa afeta à execução do Contrato, constante do Plano de Equipa a afetar ao projeto junto à proposta adjudicada, desde o início da execução do Contrato e até à conclusão da execução de todos os serviços.
2. Sem prejuízo do disposto no número cinco, a substituição de qualquer membro da equipa afeta à execução do Contrato depende de consentimento prévio, expresso e por escrito, da Entidade Adjudicante, o qual só será dado se verificado que o novo membro da equipa proposto apresenta um curriculum vitae semelhante e que a substituição proporciona um nível de qualidade equivalente para a boa execução do Contrato;
3. O pedido de substituição deve ser acompanhado pelo curriculum vitae do novo membro da equipa proposto, do seu registo criminal, e da demonstração de que a substituição proporciona um nível de qualidade equivalente para a boa execução do Contrato. Decorrido o prazo de 10 dias, a contar da data da receção do pedido de substituição na sede da Entidade Adjudicante, na falta de resposta, presume-se que o consentimento foi dado;
4. No caso de qualquer membro da equipa afeta à execução do Contrato cessar a colaboração com o Adjudicatário, este obriga-se a substituí-lo por colaborador com curriculum vitae semelhante e que proporcione um nível de qualidade equivalente para a boa execução do Contrato, dando desse facto conhecimento à Entidade Adjudicante, no prazo de 48 horas a partir do conhecimento da data da cessação da colaboração, e juntando o curriculum vitae do novo membro da equipa proposto e demonstração de que a substituição proporciona um nível de qualidade equivalente para a boa execução do Contrato;
5. Decorrido o prazo de 10 dias a contar da data da receção na sede da Entidade Adjudicante da comunicação, e respetivos anexos, referida nos números anteriores, sem que aquela tenha recusado a substituição proposta, com fundamento na circunstância de não estar assegurado

que a mesma proporciona um nível de qualidade equivalente para a boa execução do Contrato, presume-se que o consentimento foi dado.

Cláusula 9.ª – Prazo da prestação dos serviços

1. O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos no caderno de encargos no prazo máximo de 290 (Duzentos e noventa) dias, a contar da data da celebração do contrato, até 31 julho de 2025.
2. O contrato pode ser objeto de renovações, mediante deliberação da entidade adjudicante, a comunicar ao adjudicatário um mês antes da cessação do contrato, tendo a duração máxima de três anos letivos, 2024/25, 2025/26 e 2026/27, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
3. Os prazos previstos nos números anteriores podem ser prorrogados por iniciativa da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM do Tâmega e Sousa), desde que devidamente fundamentado e com o acordo das partes.
4. Sem prejuízo das normas legais imperativas relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no número 1, e caso não tenha sido atingido o valor contratual previsto, extingue-se o contrato sem que assista ao prestador de serviços o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

Cláusula 10.ª – Dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à CIM do Tâmega e Sousa, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever do sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviço ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.ª – Proteção de dados pessoais

Na realização de quaisquer trabalhos no âmbito do contrato, o adjudicatário obriga-se a cumprir todas as normas constantes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (cf. REGULAMENTO (UE) 2016/679

DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 27 de abril de 2016) (RGPD), em particular no que diz respeito aos artigos 28.º a 32.º.

- a) No que se refere ao tratamento de dados pessoais, pelo adjudicatário, deverá circunscrever-se apenas à informação fornecida pela Entidade Adjudicante.
- b) Em circunstância alguma o adjudicatário procederá à recolha de dados pessoais no decorrer da execução da prestação de serviços;
- c) O adjudicatário deverá a qualquer altura, por solicitação da Entidade Adjudicante, ser capaz de prestar provas de todas as atividades de tratamento dos dados sob a sua responsabilidade, tal como previsto no n.º 2 do artigo 30.º do RGPD, sem prejuízo de adotar as medidas técnicas e organizativas adequadas em ordem à satisfação das disposições do RGPD.
- d) O disposto nos números antecedentes não prejudica, caso se revele necessário, celebrar contrato avulso a que se refere o artigo 28.º, n.º 3, do RGPD.

Cláusula 12.ª – Preço contratual

- 1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, a entidade adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, bem como o aluguer de espaços.
- 3. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a CIM do Tâmega e Sousa deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, que não poderá ser superior ao preço máximo fixado no presente caderno de encargos.

Cláusula 13.ª – Condições de pagamento

- 1. O pagamento do serviço objeto do presente contrato será executado em função do cumprimento pelo adjudicatário da obrigação prevista na cláusula 6.ª do caderno de encargos;
- 2. As quantias devidas pela CIM-TS, nos termos do número anterior, devem ser pagas, no prazo de 30 dias, após receção pela CIM do Tâmega e Sousa, sita na Avenida José Júlio, 42, 4560-547 Penafiel, das respetivas faturas;

3. As faturas deverão ser emitidas em nome da CIM do Tâmega e Sousa, devendo da mesma constar obrigatoriamente os seguintes elementos: descrição detalhada do serviço prestado (como rastreio, capacitações ou monitorização), nome do monitor/mentor, número de horas realizadas, período de execução do serviço, custos adicionais autorizados, referência ao contrato e número de compromisso.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 2 as faturas serão pagas, através de cheque ou transferência bancária, para número de identificação bancária e instituição de crédito indicada pelo prestador de serviços;
5. Em caso de discordância por parte da CIM do Tâmega e Sousa, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. O pagamento do serviço objeto do presente contrato será executado em função do cumprimento pelo adjudicatário das obrigações previstas na cláusula 6.ª, dividido nas seguintes prestações:
 - i. Ano letivo 2024/2025
 - a. 1ª Prestação - pagamento do valor de 1.973.57€ do valor contratual, até à pausa letiva do período da Páscoa e após entrega e validação pela CIM-TS, dos documentos referidos, no ponto 2 da cláusula 7.ª;
 - b. 2ª Prestação - pagamento do 1.973.57€ do valor contratual, até ao fim do ano letivo e após entrega e validação pela CIM-TS, dos documentos referidos, no ponto 2 da cláusula 7.ª.
 - ii. Ano letivo 2025/26
 - c. 1ª Prestação - pagamento de 1.030.86€ do valor contratual, até à pausa letiva do período de Natal e após entrega e validação pela CIM-TS, dos documentos referidos, no ponto 2 da cláusula 7.ª;
 - d. 2ª Prestação - pagamento de 1.030.86€ do valor contratual, até à pausa letiva do período da Páscoa e após entrega e validação pela CIM-TS, dos documentos referidos, no ponto 2 da cláusula 7.ª;
 - e. 3ª Prestação - pagamento de 1.374.47€ do valor contratual, até ao fim do ano letivo e após entrega e validação pela CIM-TS, dos documentos referidos, no ponto 2 da cláusula 7.ª.
 - iii. Ano letivo 2026/27

- f. 1ª Prestação - pagamento de 1.030.86€ do valor contratual, até à pausa letiva do período de Natal e após entrega e validação pela CIM-TS, dos documentos referidos, no ponto 2 da clausula 7.ª;
- g. 2ª Prestação - pagamento de 1.030.86€ do valor contratual, até à pausa letiva do período da Páscoa e após entrega e validação pela CIM-TS, dos documentos referidos, no ponto 2 da clausula 7.ª;
- h. 3ª Prestação - pagamento de 1.374.47€ do valor contratual, até ao fim do ano letivo e após entrega e validação pela CIM-TS, dos documentos referidos, no ponto 2 da clausula 7.ª.

Cláusula 14.ª – Dever de sigilo

1. Em caso de discordância por parte da CIM do Tâmega e Sousa, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
2. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Lousada e à CIM-TS, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. O prestador de serviços deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 15.ª – Revisão de preço e adiantamentos

Não há direito a revisão de preços e não haverá lugar a adiantamentos nem a prémios por cumprimento antecipado.

Cláusula 16.^a – Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo Prestador de Serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Cláusula 17.^a – Modificações objetivas do contrato

1. Sem prejuízo do disposto nos artigos 312.^o e 313.^o, ambos do CCP, o contrato poderá ser modificado, desde que sejam cumpridos os seguintes requisitos cumulativos:
 - a) Por acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato;
 - b) Não poderá resultar num aumento do preço contratual;
 - c) O prazo de execução do contrato não poderá ser considerado fator ou subfactor que densifique o critério de adjudicação em termos de proposta economicamente mais vantajosa.
 - d) Os aspetos relacionados com a modificação do contrato não poderão estar submetidos pelo caderno de encargos à concorrência de mercado.
2. No caso dos contratos não sujeitos a forma escrita, salvo previsão expressa no programa de procedimento e nas situações previstas no artigo 95.^o, n.^o 1, do CCP, constituirá forma bastante a junção ao processo administrativo de documento comprovativo da aceitação da modificação por parte do cocontratante e o despacho de aprovação por parte da entidade adjudicante.
3. Encontram-se na previsão da alínea c) do n.^o 1, os contratos plurianuais que, por motivo fundamentado, não possam ser objetivamente executados no período inicialmente previsto.

Cláusula 18.^a – Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a CIM do Tâmega e Sousa pode exigir do fornecedor o pagamento de uma multa pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos da legislação em vigor;
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a CIM do Tâmega e Sousa tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento;
3. Se o valor acumulado das penalidades previstas na presente cláusula for igual ou superior 20% (vinte por cento) do preço contratual, a CIM do Tâmega e Sousa poderá resolver o contrato;
4. As penalidades serão aplicadas mediante notificação ao adjudicatário;
5. A aplicação de penalidades está sujeita a audiência prévia do adjudicatário;

6. A aplicação de penalidades não tem a natureza de cláusula penal, não prejudicando o direito da CIM do Tâmega e Sousa de ser ressarcido nos termos gerais de Direito pelos prejuízos causados pelo incumprimento das obrigações do adjudicatário.

Cláusula 19.ª – Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, constituem casos de força maior, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - e) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de Serviços, na parte em que intervenham;
 - f) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de Serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - g) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de Serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - h) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de Serviços de normas legais;
 - i) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de Serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - j) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de Serviços não devidas a sabotagem;
 - k) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 20.ª – Resolução do contrato pela entidade adjudicante

1. O incumprimento do contrato por qualquer das partes contratantes dará à parte não faltosa o direito de o resolver nos termos gerais do direito.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviço e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

Cláusula 21.ª – Resolução por parte do prestador de serviços

O prestador de serviços pode resolver o contrato nos termos dos artigos 332.º e 449.º do CCP.

Cláusula 22.ª – Foro competente

Estabelece-se que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel é o foro competente para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato.

Cláusula 23.ª – Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 24.ª – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, sendo considerados sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 25.ª – Trabalhadores afetos à prestação de serviços

1. O prestador de serviços obriga-se a cumprir o disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por via do n.º 2 do artigo 451.º do mesmo diploma, nos termos do qual:
 - a. Sendo a vigência do contrato superior a 1 ano, os trabalhadores afetos ao contrato prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo; devendo para o efeito assinar a declaração constante no Anexo A.
 - b. Sendo a vigência do contrato igual ou inferior a 1 ano, os trabalhadores afetos ao contrato podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, não podendo o vínculo laboral ter duração inferior à vigência do contrato de prestação de serviços.
2. São aplicáveis as exceções previstas nos n.os 3 e 4 do artigo 419.º-A do CCP.

Cláusula 26.ª – Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 27.ª – Âmbito

O presente procedimento prevê a aquisição de serviços para a aquisição de serviços de implementação do projeto “Geração de Sucesso” no município de Resende enquadrado no âmbito da candidatura ao Aviso NORTE2030-2024-5 - *“Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar do Tâmega e Sousa”*.

A atividade “Geração de Sucesso”, será desenvolvida no âmbito do Agrupamento de Escolas de Resende, com o objetivo de promover o sucesso escolar e prevenir o insucesso educativo através de intervenções pedagógicas e socio-emocionais. Esta iniciativa é destinada aos alunos do 1.º ciclo de escolaridade, proporcionando um acompanhamento estruturado e contempla a implementação de ações inovadoras e direcionadas para o desenvolvimento integral dos estudantes.

A atividade pretende promover competências nos domínios cognitivo, socio emocional e comportamental, contemplando intervenções como os rastreios pedagógicos, sinalizações de fatores de risco, capacitações e monitorização regular, com vista a criar condições que favoreçam o sucesso académico e social dos alunos.

As principais componentes da atividade incluem rastreio e sinalização, identificando precocemente fatores que possam contribuir para o insucesso escolar, considerando aspetos relacionados com o aluno, a escola e a família, permitindo mobilizar recursos institucionais e comunitários adequados para responder às necessidades identificadas. Inclui também a capacitação de mediadores e docentes através de capacitações específicas para os profissionais envolvidos no projeto, abordando técnicas de intervenção pedagógica, gestão de dados educacionais e metodologias inovadoras para apoiar os alunos em risco. A supervisão e apoio continuado garante o acompanhamento dos mentores através de sessões presenciais e remotas, assegurando a aplicação eficaz das metodologias e o suporte necessário à execução das ações planeadas.

A monitorização e avaliação de impacto inclui a produção de relatórios mensais e finais que avaliam os resultados das intervenções realizadas, destacando progressos nos objetivos estabelecidos e propondo melhorias para as próximas fases do projeto. O programa é desenhado para estimular o desenvolvimento das competências de Saber/Saber Fazer e Saber Ser/Saber estar, permitindo aos alunos explorar o seu potencial académico e social.

O projeto será implementado ao longo dos anos letivos de 2024/2025, 2025/2026 e 2026/2027, com pausas durante os períodos de interrupção letiva e após o término de cada ano letivo.

Cláusula 28.^a – Descrição dos trabalhos

Constitui objetivo geral dos trabalhos a realização das seguintes ações, por ano letivo:

a) ANO LETIVO 2024/2025

- i. **Rastreio/sinalização:** No primeiro ano de implementação da atividade, ano escolar 2024/25, deverá ser realizada a identificação/rastreio antecipada de fatores que possam contribuir para o insucesso escolar no 1.º Ciclo, abrangendo variáveis relacionadas ao Aluno, à Escola e à Família, permitindo a seleção de alunos e famílias que necessitem de intervenção, bem como a análise de aspetos escolares e territoriais para mobilização de recursos institucionais e comunitários.
Sinalizações: mínimo 67 (sessenta e sete) alunos.
- ii. **Capacitação de Mediadores e Docentes:** no âmbito da atividade, devem ser efetuadas identificação e capacitações várias para futuros mentores (mediadores, professores, entre outros) com o objetivo de partilhar conhecimento, assim como, metodologias e

manuseamento das ferramentas aplicadas ao projeto, contemplando as seguintes iniciativas:

- a. **Capacitação Dados:** sobre criação de base de dados, gestão de processos e análise estatística diretamente relacionada com o sucesso escolas no 1.º ciclo.

Duração mínima: seis horas (03h00), regime presencial;

- b. **“Rastreo de alunos e risco”:** capacitação específica no modo de rastreio e identificação de alunos em risco, assim como, respetiva metodologia de aplicação dos respetivos questionários.

Duração mínima: seis horas (03h00), regime presencial;

- c. **Técnicas de intervenção dirigida a alunos em risco de insucesso:** partilha de técnicas e metodologias de intervenção a alunos do 1.º ciclo em risco de insucesso escolar.

Duração mínima: seis horas (06h00), regime presencial.

- iii. **Supervisão de mediadores e capacitação contínua:** Deverá ser efetuado um acompanhamento, presencial e remoto, dos mentores no terreno, através de um supervisor, com conhecimento em coaching metodológico e processual no terreno.

Duração das sessões presenciais: trinta e seis horas (36h00).

Duração das sessões remotas: trinta e oito horas (38h00).

- iv. **Monitorização e controlo de qualidade:** A monitorização e o controlo de qualidade do projeto, produzindo relatórios de monitorização mensais e relatório final com a avaliação de impacto do processo.

Duração: trinta e uma horas (31h00).

b) **ANO LETIVO 2025/2026 E 2026/27**

- i. Nos anos letivos 2025/26 e 2026/27, deverá proceder-se à aplicação de estratégias e técnicas para potenciar o desenvolvimento de competências neuropsicológicas (como atenção, memória e autorregulação), cognitivas (como leitura, escrita, cálculo e resolução de problemas) e não cognitivas (como competências sociais e cooperação), assim como,

organização de tarefas de aprendizagem e rotinas saudáveis, promovendo o sucesso e a qualidade das aprendizagens, com monitorização contínua.

- ii. **Supervisão de mediadores e capacitação contínua:** Deverá ser efetuado um acompanhamento, presencial e remoto, dos mentores no terreno, através de um supervisor, com conhecimento em coaching metodológico e processual no terreno.

Duração das sessões presenciais: trinta e seis horas (36h00).

Duração das sessões remotas: trinta e oito horas (38h00).

- iii. **Monitorização e controlo de qualidade:** A monitorização e o controlo de qualidade do projeto, produzindo relatórios de monitorização mensais e relatório final com a avaliação de impacto do processo.

Duração: trinta e uma horas (31h00).

- c) A atividade deverá ter uma duração de dez (10) meses e implementado nos anos letivos 2025/2026 e 2026/2027 e 6 meses no ano de 2024/2025.

- d) Será também da responsabilidade do prestador de serviços, a Coordenação da atividade, nomeadamente a sua planificação, articulação dos conteúdos com as escolas, reuniões, ajustes da atividade e articulação com a CIM, Município e escolas.

Cláusula 29.^a – Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Cláusula 30.^a – Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo da obrigação de manutenção das propostas será de 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, não havendo lugar a qualquer prorrogação.